

TRANSFORMAÇÕES EM CURSO: A ASCENSÃO DA DIREITA RADICAL NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

LETÍCIA BARON¹; BIANCA DE FREITAS LINHARES²

¹*Universidade Federal de Pelotas – letibaron@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – biancaflinhares@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Os pesquisadores que se debruçam ao estudo do sistema partidário brasileiro convergem no entendimento de que as eleições de 2018 foram disruptivas e encerraram o ciclo político que organizou o presidencialismo de coalizão brasileiro nos últimos 25 anos (ABRANCHES, 2019). O eixo político-partidário, desde 1994, era organizado em dois grupos que representavam, em cada contexto histórico, o governo e a oposição e que era movido pela disputa polarizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Os demais partidos se limitavam a disputar os assentos no Congresso para garantir cargos no novo governo.

As últimas eleições federais, diferente de todas as outras experiências no período da Nova República, desestruturaram o padrão de disputa político-partidário nacional ao dar maior relevância eleitoral à direita radical, que veio a substituir a direita moderada no campo político nacional. Os três maiores partidos brasileiros – o PT, o PSDB e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – perderam relevância na composição das Casas Legislativas, materialização do crescente desprestígio que acumularam nos anos recentes (SANTOS; TANSCHEIT, 2019).

As causas para a transformação inédita no período da Terceira República ainda pendem de explicações definitivas e parecem ser sobredeterminadas por diversas circunstâncias adversas (MIGUEL, 2018). O modelo de desenvolvimento e de inclusão social adotado pelo Partido dos Trabalhadores começou a apresentar sinais de esgotamento a partir de 2014, encaminhando o país para uma grave crise econômica. Além desse desgaste, diversos escândalos vinculados aos desdobramentos da Operação Lava Jato atingiram não só o partido governista, como também as tradicionais forças PSDB e MDB (SINGER, 2020). Os dois últimos partidos também adotaram uma estratégia equivocada de buscar ascender ao poder por meio do impeachment de Dilma Rousseff, um processo muito controverso e que recebeu críticas de relevantes segmentos da população brasileira. Ademais, eles apoiaram o governo de Michel Temer, que veio a ser um dos governos mais impopulares.

Considerando tão conturbado contexto, a pesquisa objetiva compreender como se estabeleceu a relação entre as direitas no sistema partidário brasileiro. Parte-se da hipótese de que a direita moderada predominou no cenário eleitoral pós-redemocratização até o ano de 2016, sendo progressivamente sendo substituída por uma direita radical de inspiração antidemocrática.

2. METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada nesse trabalho, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática dos partidos e das lideranças vinculadas à direita no Brasil, acrescida de

uma leitura conjuntural voltada para o sistema partidário brasileiro. É importante destacar que, apesar das experiências governamentais dos anos 1990, há um vácuo na literatura sobre o tema, salvo pelas análises institucionalistas (destacando-se as considerações de Limongi; Figueiredo (2000)) e pelos trabalhos de Madeira e Tarouco (2011). A direita voltou a ser um interessante foco de estudos após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, quando protagonizou importantes momentos na história política do país.

Cabe ressaltar que a pesquisa está inserida em uma agenda mais ampla, que consiste em uma das etapas do projeto de pesquisa da autora.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o declínio dos governos militares, o autoritarismo pareceu se diluir em pequenos partidos e parlamentares no contexto partidário brasileiro. Os analistas políticos demonstram que vigorou entre as elites um pacto em torno da democracia, sendo os valores do neoliberalismo amplamente defendidos pelos diversos partidos alinhados à ideologia de direita. Segundo Santos e Tanscheit (2019), a direita moderada foi a que prevaleceu na democratização e teve no PSDB sua maior representação. Sua agenda consiste, basicamente, na defesa da economia de mercado, bem como a redução da atuação estatal por meio de reformas liberalizantes, como a desregulamentação financeira e a privatização de empresas públicas. As forças vinculadas aos militares – no regime anterior organizadas em torno da ARENA – fragmentaram-se em diferentes partidos na redemocratização e fizeram importantes coalizões com o PSDB. Se tal cooperação foi fundamental para o partido tucano compor maioria nas casas legislativas, ela também foi relevante para garantir a sobrevivência das antigas elites nacionais (KEYSEL, 2015).

Após o PSDB ter logrado êxito em assumir a Presidência da República em 1994, o campo político se organizou entre os apoiadores do governo e os opositores organizados em torno do PT. Isso consolidou o declínio da ideologia ditatorial e obrigou seus herdeiros políticos a se deslocarem ao centro (POWER, 2002; RODRIGUES-SILVEIRA, 2018). Houve uma nítida transformação em torno dos sentidos discursivos que constituíram a direita e a esquerda no período: o campo deixou de se dividir entre críticos e apoiadores do governo militar para ser compreendido entre aqueles que defendiam ou não a ideologia neoliberal.

Conforme ABRANCHES (2019), o campo político transformou-se com a ascensão da direita radical. Por ser um evento político recente, é definida de diferentes formas pela literatura e engloba diferentes características de acordo com o contexto em que está inserida (MUDDE, 2019). No Brasil, o fenômeno da direita radical coincide com o declínio da direita moderada. Seus partidos políticos – como o PSL – têm uma precária estrutura organizativa, sendo em sua maioria altamente dependentes de líderes carismáticos e personalistas. Em relação a seu programa político, observa-se uma distribuição em torno de três pautas principais: em relação à economia, eles apresentam uma orientação neoliberal orientada por uma postura radicalmente não intervencionista. Em relação às desigualdades socioculturais, eles defendem pautas conservadoras no âmbito comportamental, coibindo o reconhecimento dos direitos das mulheres, dos negros e da comunidade LGBTQIA+. No âmbito democrático, eles defendem uma postura antissistema, mostrando-se hostis ao sistema partidário e particularmente agressivos com os políticos de oposição.

No contexto brasileiro, as ideias da direita radical encontraram em Jair Bolsonaro seu principal interlocutor. O seu programa de governo,

denominado “O Caminho da Prosperidade”, prometeu salvar o Brasil da corrupção e da ineficiência. As ideias autoritárias ecoaram em projetos em prol da segurança pública, nos projetos de recrudescimento das normas de direito penal, na ampliação das hipóteses para porte de armas de fogo e pela perseguição aos movimentos sociais. Ele recebeu apoio das principais lideranças do mercado, que se articularam na defesa de reformas no campo tributário e previdenciário, na redução do aparato estatal por meio de privatizações e pela redução da dívida pública.

As ideias defendidas no programa, bem como a construção de sua base de apoio, foram uma novidade relevante na candidatura de Jair Bolsonaro e na própria estruturação do campo político brasileiro. Ele conseguiu articular duas pautas até então irreconciliáveis que caracterizavam a principal fissura entre as direitas brasileiras: de um lado, há um flerte com o estatismo e o autoritarismo da direita com raízes militar-autoritárias, ao mesmo tempo que seu discurso envolve as pretensões neoliberais da direita pós-democratização. Não só o Poder Executivo passou por uma transformação inédita, como também as Casas Legislativas. As eleições de 2018 foram marcadas por uma significativa rejeição aos partidos tradicionais e o crescimento de partidos vinculados à direita radical, em especial o PSL. Essa transformação intensificou duas tendências até então não observadas na III República: a fracionização partidária e polarização política.

Está em curso no Brasil um processo que foge em muito das previsões clássicas, que definem que um sistema partidário substitui o anterior em uma rodada eleitoral. Ele está se perfazendo através de um progressivo desalinhamento do sistema de partidos, acompanhado de uma mudança clara e forte no equilíbrio de forças entre os partidos e uma troca radical no poder governamental. Entre as disputas dentro do campo da direita, o PSL foi mais bem sucedido em articular as demandas sociais que o PSDB, pondo fim a um sistema de organização de bancadas e partidos que vigorou por 25 anos e que sustentou o presidencialismo de coalizão. Atualmente, a política é fragmentária, composta de constantes mudanças e deslocamentos entre as orientações partidárias e marcada pela imprevisibilidade. Incontestável é que o sistema partidário está passando por um processo de transformação, no qual os polos da direita foram ampliados e todos os partidos se viram obrigados a se definirem ideologicamente de forma mais clara.

4. CONCLUSÕES

Considerando o período pós- redemocratização, as eleições de 2018 marcaram uma significativa ruptura na forma como as forças partidárias se estruturavam no Brasil. O campo discursivo nacional havia criado um consenso em torno da necessidade de proteger e atuar dentro dos limites das instituições e da democracia liberal, neutralizando as forças autoritárias remanescentes da ditadura militar. Ao perder a hegemonia no campo da direita, o PSDB permitiu que partidos menores – e até então insignificantes – articulassesem liberalismo e autoritarismo e se colocassem como atores políticos relevantes. Nesse sentido, a hipótese aviltada no trabalho se confirmou ao longo do desenvolvimento do trabalho. Se a direita radical, que encontra hoje em Jair Bolsonaro seu principal porta-voz, é um fenômeno de transição ou definitivo é ainda impossível de prever, mas é incontestável que ele deslocou o campo político brasileiro e exigiu novas definições por todos os partidos envolvidos na disputa política.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, Sérgio; et all. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Presidential Power, Legislative Organization and Party Behavior in the Legislature. **Comparative Politics**, New York, v. 32, p. 151-170, 2000.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: Sebastião Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Codas. (Org.). **Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro.** 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, v. 1, p. 49-74.

MADEIRA, Rafael.; TAROUCO, Gabriela . Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, p. 171-185, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Brasil: Post-democracia o neo-dictadura?. **Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea**, v. 8, p. 77-90, 2018.

MUDDE, Cas. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

POWER, Timothy; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. The Political Right and Party Politics. In: AMES, Barry. **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. New York: Routledge Press, 2018. p. 251-268.

SANTOS, Fabiano; TANSCHEITT, Talita. When old actors leave: The rise of new political right in Brazil. **Columbia Internacional**. nº99, v. 1. p. 151-186. 2019.

SINGER, André. The failure of Dilma Rousseff's developmentalist experiment. **Latin American Perspectives**, v. 47, p. 152-165, 2020.